

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzidos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas)

362. UMA ZOOLOGIA FANTÁSTICA DO BRASIL

Os que têm algum conhecimento da obra do historiador Afonso de Taunay sabem que boa parte dela foi dedicada à recensão de viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil. Em seus livros procurou Taunay respigar o que lhe pareceu aproveitável para o conhecimento de nosso país na época em que seus autores o visitaram. Mas, além desse lado por assim dizer positivo de suas recensões, Taunay procurou também comentar e divulgar o que nesses autores houvesse de pitoresco e fantasioso principalmente com referência à fauna por eles encontrada ou simplesmente imaginada, elementos importantes para o que o historiador denominou com propriedade de “zoologia fantástica do Brasil”, título do livro que publicou em 1934, pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo. Pouco depois, fez publicar (1937) pelo Museu Paulista, do qual era diretor, um complemento ao livro de 1934, ao qual denominou “Monstros e monstregos do Brasil”.

O assunto - confessou Taunay - foi-lhe sugerido pelo escritor argentino Anibal Cardoso, autor de um curioso livro intitulado “La ornitologia fantástica de los conquistadores”. Alargou, entretanto, o quadro pesquisado pelo seu confrade argentino, cuidando não apenas de aves, mas da fauna em geral.

Para o primeiro livro utilizou Taunay textos relativos ao século XVI: Gandavo, Fernão Cardim, Anchieta, Gabriel Soares, Hans Staden, Ulrico Schmiedel, Cabeza de Vaca, Jean de Léry, André Thevet, Pero Vaz de Caminha, Vespuccio, Pigafetta, o anônimo da “Nova Gazeta da Terra do Brasil” e mais alguns menos conhecidos. Para o segundo livro, as pesquisas foram feitas nos “Diálogos das grandezas do Brasil” e em Frei Vicente do Salvador, Claude d’Abbeville, Yves d’Evreux, Ricardo Fleckno, Simão de Vasconcelos, Francisco Coreal, Dampier, Nieuhoff, Padilla e John Brown.

Entendeu o autor que seria interessante uma exposição das credences zoológicas européias da época das navegações e da descoberta da América e do Brasil. Para tanto, valeu-se, num capítulo inicial, de autores como Ferdinand Denis e Ch. Langlois, em cujas obras encontrou numerosos exemplos que lhe serviram para o intuito visado.

O Professor José Sebastião Witter, quando diretor do Museu Paulista, dispôs-se a reeditar a curiosa “Zoologia Fantástica”, honrando-nos com o convite para prefaciá-la a nova edição, a qual, por sugestão nossa, abrangeu num só volume, os dois trabalhos referentes ao tema, com o título do primeiro, qual seja “Zoologia Fantástica do Brasil”.

Trata-se de publicação conjunta do Museu Paulista e da Editora da Universidade de São Paulo, inaugurando uma nova coleção denominada “Acervo”, e com este primeiro volume “pretende-se mostrar a forma escolhida para a reprodução de tantos textos quanto for possível...” E esperam, desta forma, os editores “estar contribuindo para o enriquecimento de nossa bibliografia e concorrendo para a maior divulgação de obras que descansam em tantas ou tão poucas bibliotecas”.

Por que começar a coleção com uma obra de Afonso de Taunay? Os próprios responsáveis pela edição respondem com uma frase do prefaciador: porque “no múltiplo e rico temário abrangido pela sua produção, destaca-se a contribuição para o conhecimento de uma vasta xenobibliografia sobre o Brasil, deixada por numerosos viajantes estrangeiros que nos visitaram e sobre nós escreveram, trabalho este que revela uma das facetas mais caracterísicas de Taunay, qual seja a profunda erudição com que tratava os temas abordados e, especialmente, o grande conhecimento que sempre demonstrou da bibliografia brasileira e estrangeira”.

Louve-se o cuidado e a beleza da edição, sem dúvida a mais bela de quantas foram publicadas pelo Museu Paulista, enriquecendo sobremaneira o editorialismo cultural de nosso país. Não temos conhecimento do programa da coleção “Acêrvo” para que possamos adiantar sobre suas futuras publicações. Mas, confiamos no critério e na capacidade dos editores para que outros textos, raros ou pouco conhecidos, sejam postos à disposição dos interessados. (11-3-2000)

363. COMPOSITOR E PERSONAGEM DE ÓPERA

Em meados do século passado, precisamente no Natal de 1844, foi apresentada em Hamburgo uma ópera de Frederico Flotow (1812-1882) inspirada na vida aventureira do compositor italiano Alessandro Stradella, nascido, supõe-se, em 1642 e assassinado em Gênova aos 28 de fevereiro de 1682. Aliás, o conhecido autor de “Marta” não foi o único a se inspirar na vida de Stradella. Sua carreira, repleta de aventuras amorosas (e em conseqüência de uma delas é que foi assassinado) tornou-o, à moda de Casanova, personagem lendária, fazendo jus a que a ficção em torno dele tecesse as mais variadas fantasias.

O centro de tudo quanto se escreveu a seu respeito é sempre o mesmo: os assassinos enviados para o matarem ficam tão emocionados com a sua música, que desistem do intento.

Ao contrário de “Marta”, a ópera de Flotow sobre Alessandro Stradella caiu no esquecimento, sobrevivendo dela apenas a abertura, aliás muito bonita, mas também pouco executada nas salas de concerto. Queremos crer que nem tenha sido ainda beneficiada pelos modernos processos de gravação a laser (CD).

Diga-se, entretanto, que atualmente sabe-se muito mais que no tempo de Flotow sobre a vida aventureira do compositor, embora muita coisa continue ainda obscura. E, principalmente, conhece-se muito mais de sua obra. Durante muitas décadas Stradella foi lembrado apenas por uma famosa canção religiosa “Pietà, Signore!”, que integrou o repertório de grandes cantores, muitos dos quais, a começar por Beniamino Gigli, fizeram questão de gravá-la.

Pesquisas mais recentes deram conta de sua vasta produção, abrangendo óperas, concertos, sonatas, cantatas, oratórios, enfim quase todas as formas freqüentes no período barroco. E o disco, naturalmente, veio completar esse conhecimento, pois pêlo menos uma dúzia de suas composições foram registradas para a posteridade em excelentes gravações.

Duas de suas obras “maiores” figuram entre as grandes produções da forma oratoriana típica do barroco: os dois oratórios, um inspirado na curiosa “Estória” da Casa Susana, tal como vem relatada no apêndice deuterocanônico do livro de Daniel do Velho Testamento; obra esta, ao que se supõe, encomendada pela rainha Cristina da Suécia, que, apesar de protestante, interessou-se por uma obra sugerida por episódio constante de um livro bíblico que as igrejas protestantes não aceitam, como ocorre com os três últimos capítulos de Daniel.

O outro, mais importante tanto do ponto de vista musical como religioso, é dedicado a São João Batista, o que torna significativa sua evocação no dia de hoje, dedicando, no calendário eclesiástico, àquele que teve o privilégio de batizar o próprio Cristo.

Cometeríamos uma injustiça se não incluíssemos entre suas “maiores” obras, ao lado dos dois oratórios, sua “Cantata per il Santissimo Natale”, uma das mais belas obras inspiradas pela data magna do Cristianismo.

Já vai bem longe, portanto, o tempo em que o compositor - aventureiro era conhecido apenas por uma canção que fazia a delícia dos auditórios e enaltecia cantores de toda espécie, ou então o tempo em que ele não passava de personagem de uma ópera hoje pouco lembrada. (24-6-2000)

364. A PROPÓSITO DAS REVOLUÇÕES “VENCIDAS”

Alguém perguntou-nos de certa feita se vale a pena comemorar as revoluções que não foram vitoriosas. Só tivemos uma resposta a lhe dar: se não comemormos as revoluções vencidas, não teremos nenhuma para comemorar... A indagação viera a propósito da revolução paulista de 1932, que eclodiu a 9 de julho (data de amanhã) há quase setenta anos. Os paulistas desde então nunca deixaram de comemorá-la, chegando muitos

a considerá-lo, com evidente exagero, o episódio máximo de toda a história de nossa terra. “Est modus in rebus...”

O que importa é que os paulistas comemoram a “revolução constitucionalista” ou “guerra cívica de São Paulo” (título que modernamente está sendo mais empregado e realmente parece-nos mais correto) com o mesmo espírito com os riograndenses do sul comemoram a “Farroupilha”, os mineiros a “Inconfidência”, os pernambucanos a revolução de 1817 e a “Praieira”, e assim por diante com numerosos outros casos ocorridos no século passado em diversas outras regiões do País. No entanto, foram todas revoluções “vencidas”. Mas, se não foram vitoriosas no sentido prático, utilitário, imediatista, tiveram a seu favor um rol de influências que não se pode desprezar e que foram, não raro, importantes e significativas para o desenvolvimento posterior dos Estados onde elas ocorreram.

Ao “espírito da Praieira”, por exemplo, devem os pernambucanos muito do que ocorreu posteriormente no campo da história social e cultural do Estado. Para avaliá-la no terreno das idéias basta lembrar sua origem vinculada à Revolução Francesa de 1848, graças à participação do engenheiro Vauthier, contratado pelo governo provincial para obras públicas em Pernambuco, mas que, adepto do socialismo utópico francês, exerceu grande influência na ordem das idéias tanto quanto nos empreendimentos materiais que realizou. Raro o autor pernambucano que não tenha se ocupado da “Praieira”, e mesmo autores de outros Estados, entre os quais se inclui até este modesto rabiscador. E todos eles procurando vislumbrar e caracterizar o sentido social do movimento. Chegou Gilberto Freyre a editar o “Diário” de Vauthier, documento bastante significativo para a história social do Brasil.

Da “Farroupilha”, então, que dizer? Raro o autor gaúcho que dela não se tenha ocupado e o epíteto “farroupilha” parece ser e de que mais se orgulham nossos irmãos do Sul. Foi realmente não só o mais demorado dos movimentos revolucionários brasileiros (dez anos!), mas o que mais fundamente marcou na vida da província.

E a Inconfidência Mineira? Qual o autor das “Alterosas” que dela não se tenha ocupado? E não nos esqueçamos que a sua figura mais conhecida tornou-se patrono cívico da nacionalidade brasileira e é a “Inconfidência” a única das revoltas que mereceu as honras de ter um

feriado nacional, precisamente o dia do suplício de seu mártir mais conhecido, o único, aliás a sofrer pena capital.

E numerosos outros Estados poderiam evocar suas revoluções com galhardia e simbolismo, às vezes até exagerado: a “Sabinada”, a “Balaiada” a “Cabanagem”, as “Liberais” de São Paulo e Minas, estas, cá entre nós, de pouca significação.

Já se assinalou - com alguma dose de razão - que foram essas revoluções “vencidas” do século passado que acabaram contribuindo para consolidar o regime imperial, a “democracia coroada”, a que se referia o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres. (8-7-2000)

365. O CRIADOR DA BANDEIRA PAULISTA

Há algumas semanas, numa das sessões da Academia Paulista de Letras, nosso preclaro confrade Sólon Borges dos Reis, em momento dedicado à evocação da principais efermérides acadêmicas, teve oportunidade de refletir-se a Júlio Ribeiro, patrono de uma das cadeiras do sodalício do Largo do Arouche, referindo-se com muita propriedade às diversas atividades intelectuais que o tornaram uma das mais expressivas figuras da cultura brasileira da segunda metade do século passado.

Mineiro de Sabará, onde nasceu a 10 de abril de 1845, foi, entretanto, em São Paulo que decorreu a maior parte de sua existência. Não apenas na capital, de cuja Escola Normal foi professor, mas também em cidades do interior, como Sorocaba e Campinas. Nesta, lecionou no tradicional colégio “Culto à Ciência” (primeira fase) época em que publicou seus primeiros escritos de maior vulto.

Precursor do Realismo no romance brasileiro, deixou o livro “A Carne” (1888), de grande repercussão, porém julgado de maneira bastante contraditória pela crítica. É inegável, porém, que o romance, dedicado a Émile Zola, projetou seu nome mais que os outros escritos que deixou. E foram muitos: “Padre Belchior de Pontes,” romance de ambientação histórica, escrito quando residia em Campinas (1877), “Cartas Sertanejas” (1885), e longa série de obras sobre filologia e linguística, que o colocaram entre os mais renomados cultores da língua portuguesa.

No tempo em que viveu no Rio de Janeiro, foi professor do antigo Ginásio Nacional (o “D. Pedro II”, de hoje) e colaborou na imprensa com intensa propaganda republicana. Aliás, nunca abandonou a atividade jornalística, exercendo-a nos diversos lugares onde residiu. Vítima de tuberculose, morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890.

Júlio Ribeiro teve seu nome ligado também à heráldica e aos símbolos nacionais. Foi de sua autoria o projeto de bandeira para a República. Entretanto, não foi aceito, pois o Governo Provisório, ao cuidar dos símbolos para o novo regime, preferiu manter a bandeira do Império, apenas substituindo a coroa imperial pela esfera azul (de representação celeste) com a legenda positivista “Ordem e Progresso”. A bandeira projetada por Júlio Ribeiro acabou sendo, com pequenas modificações, adotada pelo Estado de São Paulo. É a nossa clássica “bandeira das treze listas”, tão poeticamente decantada por Guilherme de Almeida. Assim, nós, paulistas, devemos saudar em Júlio Ribeiro não apenas o romancista e o filólogo, mas também o criador da bandeira paulista.

Júlio Ribeiro tem seu nome vinculado como patrono, a pelo menos três academias de letras: A Brasileira, a Paulista e a Mineira, nas quais foi escolhido, respectivamente, por Garcia Redondo, Sílvio de Almeida e Heitor Guimarães. Na Academia Paulista de Letras a cadeira que o tem como patrono, foi ocupada, após o fundador Sílvio de Almeida, por Otoniel Mota, Afrânio do Amaral, Ernani Silva Bruno, Marcos Rey e, atualmente, Massaud Moisés.

Nessa sua vinculação com a nossa bandeira centralizou-se a maior parte da evocação de Sólton Borges dos Reis, a que, de início, nos referimos. (17-6-2000)